

A violência no banco escolar

Samuel Martins

MONA BITTENCOURT E SIMONE CANDIDA

A notícia quase sempre cai como um bomba e deixa pais, professores e diretores atônitos. O que fazer quando um jovem aluno comete um ato de violência ou indisciplina dentro da escola? Recentemente, três casos de explosões de bombas de fabricação caseira em escolas do Rio trouxeram à tona uma questão que há muito preocupa educadores e responsáveis. E que os donos e diretores de colégios ainda preferem esconder. Segundo o promotor Márcio Mothé Fernandes, a maioria dos casos de transgressão dentro das escolas não é comunicada à Justiça. "É um absurdo o comportamento de alguns diretores que colocam interesses econômicos à frente da educação dos adolescentes", critica.

O assunto é tratado como tabu por boa parte dos diretores de estabelecimentos de ensino do Rio. Durante duas semanas, a equipe do **JORNAL DO BRASIL** tentou marcar entrevistas em 17 colégios e escolas particulares e públicas da cidade. Depois de muitas ligações, somente nove aceitaram conversar. Tanto em instituições mais tradicionais, como o Colégio Santo Agostinho, no Leblon (Zona Sul), e o Colégio Pedro II, quanto em escolas consideradas mais liberais, como o Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat), em Santa Teresa (Centro), as direções de ensino se esquivaram de participar da reportagem. Foram deixados dezenas de recados - especificando o motivo da chamada - que nunca foram retornados. No Colégio Santo Inácio, em Botafogo (Zona Sul), um dos coordenadores, professor Vicente Paim, informou que não interessava à escola participar da reportagem.

Fogos - Nesta época do ano, os fogos de artifício e as bombas de fabricação caseira são motivo de pesadelo para os diretores. Em duas semanas, três casos chegaram ao conhecimento público através dos jornais. Numa terça-feira, dia 23 de junho, o pátio do Centro Educacional da Lagoa (CEL), no Jardim Botânico (Zona Sul), foi alvo de um artefato jogado pelo adolescente B.B.C.C., de 16 anos. A bomba tipo cabeção, colocada em uma lata de refrigerante, feriu Samantha Schuwalter, 22, que passava pelo local.

No dia seguinte, uma bomba parecida destruiu o banheiro masculino do Colégio Princesa Isabel, em Botafogo (Zona Sul), ferindo três alunos. No dia 1º de julho, um artefato explodiu no banheiro do Colégio Estadual Gomes Freire, na Penha (Subúrbio da Leopoldina), quebrando janelas e parte do encanamento, e dando um grande susto em cerca de 500 alunos.

Semana passada, a ronda escolar da Guarda Municipal - responsável pela segurança em 309 escolas do Rio - foi acionada para resolver um outro caso de bomba no Colégio Municipal Sandro Moreira, em Bangu (Zona Oeste). "Quando chegamos, tinha o esquadrão anti-bombas e um grande esquema de segurança. Por sorte, a bomba de fabricação caseira foi desativada e ninguém se feriu", contou Tatiana Mendes Freitas, sub-inspetora da Ronda Escolar da Guarda Municipal, que contabiliza muitos casos de brigas, agressões a professores, uso de drogas e pichações entre as ocorrências nas escolas públicas levadas às autoridades.

As transgressões de crianças e adolescentes acontecem em todas as classes sociais. Algumas merecem ser tratadas apenas como casos disciplinares. Outras, porém, extrapolam e assumem características de infrações semelhantes a crimes previstos no Código Penal, como as lesões corporais e o tráfico de drogas. A grande diferença é como a questão é tratada nas classes sociais.

Edson Saggese, coordenador do Serviço Infanto-Juvenil do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acredita que no Brasil vigora dois tipos de lei. "Os adolescentes pobres são severamente

punidos. E os de classe média tendem a ser protegidos pela família, é difícil chegarem ao juiz. Está dentro do contexto da sociedade em que a lei sempre é para o outro e nunca para nós", avalia.

Erro - Os próprios pais de classe média admitem o erro. E temem pelas conseqüências. Na opinião da socióloga Lilibeth Cardoso R. Ferreira, a maioria dos responsáveis tende a agir como se seu filho fosse incapaz de cometer qualquer ato repreensível. "A classe média e a classe média alta têm uma maneira muito hipócrita de lidar com os problemas de disciplina de seus filhos", diz Lilibeth, cuja filha, Helena, 16 anos, foi ferida com a explosão da bomba no banheiro do Colégio Princesa Isabel. Segundo um funcionário do colégio, os quatro garotos envolvidos no episódio já foram identificados e correm risco de expulsão.

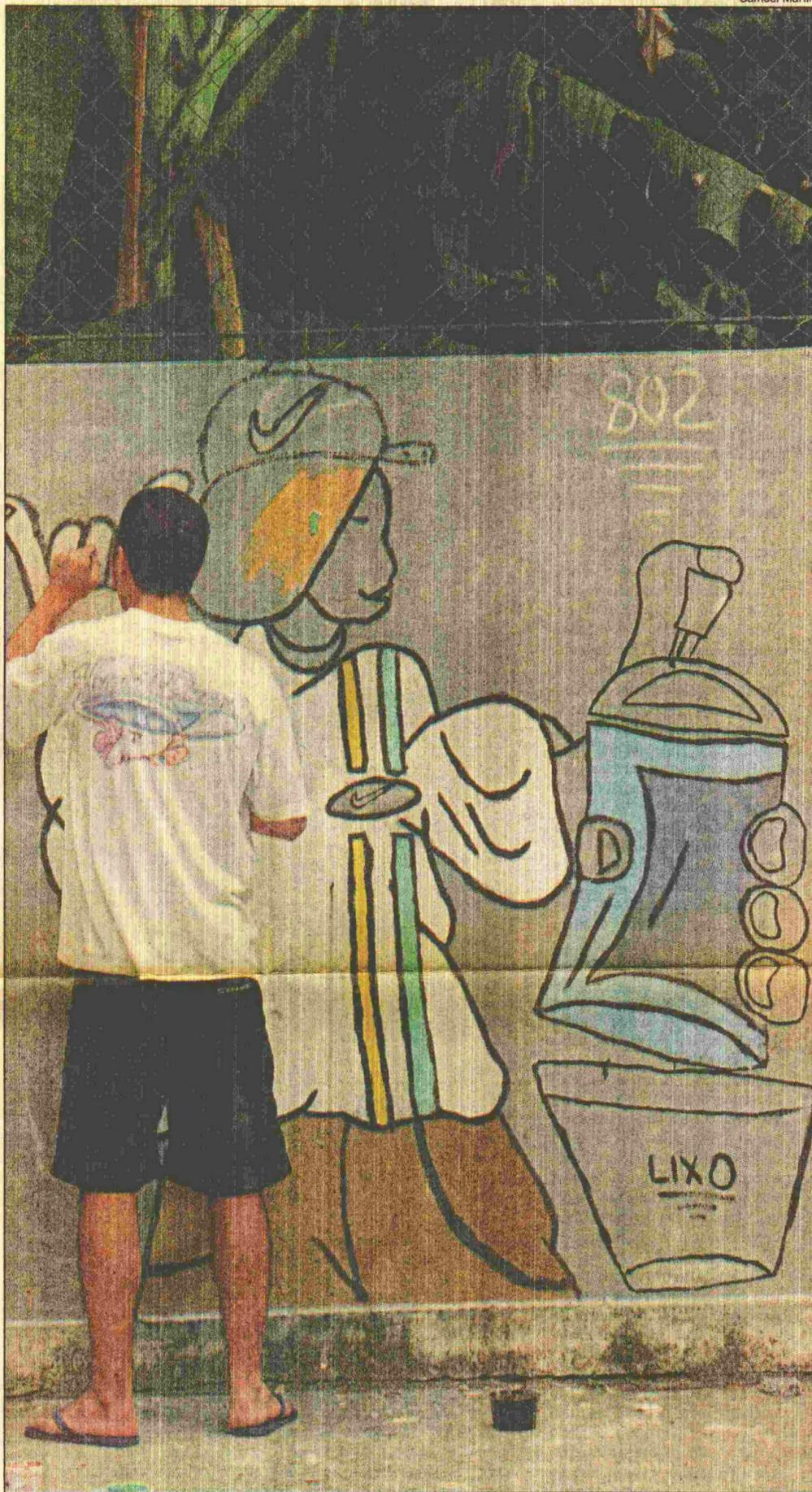
A postura das instituições de ensino particulares ou públicas diante das indisciplinas e infrações de seus alunos varia. E as transgressões como pichações, agressões e uso de drogas também são enfrentadas de maneiras diferentes. No Colégio Modelar Cambaúba, na Ilha do Governador (Zona Suburbana), casos de pichação nos banheiros foram resolvidos com a responsabilização dos alunos. E isso incluiu a compra da tinta e o trabalho de lixar e pintar as paredes. Antonino Pedroso de Lima, coordenador de disciplina da escola, acredita ter encontrado a fórmula. "Nunca mais houve pichação", garantiu.

O método *sujou-limpou* também é usado na Escola Municipal Jornalista Carlos Castelo Branco, em Paciência (Zona Oeste), para reprimir as pichações. O resultado pode ser visto nas paredes: intactas. "Quem for apanhado sujando vai limpar", avisa a diretora Marília Vianna de Oliveira. Os casos mais graves passam pelo crivo do Conselho Escola-Comunidade, que decide o destino do jovem que *aprontou*.

No Colégio Estadual João Alfredo, em Vila Isabel (Zona Norte), a coordenação tenta resolver sozinha os casos menos graves, como brigas leves entre alunos. Já a direção da Escola Municipal Levy Neves, no Engenho da Rainha (Zona Suburbana), resolveu se unir ao inimigo. Convidou todos os alunos - pichadores ou não - para pintarem painéis no prédio. "Esperamos que assim, ninguém mais estrague a escola", acredita a diretora-adjunta Zípora Tavares.

No Colégio Militar, na Tijuca (Zona Norte), as faltas são computadas na ficha disciplinar dos alunos, que perdem pontos até o máximo de 6,5 numa escala que vai até 10. A partir daí, ocorre a exclusão do aluno. Mas se a transgressão for a *cola* em um prova, a exclusão é imediata. Na escola de freiras da Companhia de Santa Teresa de Jesus, na Tijuca (Zona Norte), a punição também pode chegar ao pedido de transferência do aluno. Mas a diretora-geral, irmã Cristina Emer, garante que não é prática comum na instituição. De tradição alemã, o Colégio Cruzeiro, antiga Deutsche Schulle, no Centro, mantém professores-conselheiros para cada turma.

Atenção - Com uma ótica muito própria, os adolescentes acreditam que é a necessidade de chamar atenção que leva alguém a cometer um ato violento, que possa ferir um colega. "Acho que é vontade de causar um grande impacto", acredita Bruno Chaloub Dieguez, 16 anos, do 2º ano do ensino médio do Colégio Cambaúba. Já Rachel Nunes Leal, 16 anos, da mesma série e colégio, acha que um adolescente só chega a uma transgressão grave como resposta a uma outra agressão que sofreu. "Ele faz isso quando está querendo dar uma resposta a alguma coisa que aconteceu com ele", analisa. Apesar do rigor disciplinar da escola onde estudam, os jovens reclamam pouco das regras do colégio. "Entendo que não é censura, é preocupação, apesar de me sentir limitado. Mas acho importante esse nível de respeito", diz Bruno.



A Escola Municipal Levy Neves tenta acabar com a pichação, convocando os alunos a pintar painéis nas paredes

"O jovem precisa sentir a presença da família. Às vezes, os adolescentes apresentam problemas típicos de falta de atenção."

Professor Udo Dangler, diretor do Colégio Cruzeiro, Centro.

"Os pais carregam uma grande culpa e, para compensar, permitem tudo. Os meninos que fizeram isso estão precisando de ajuda. Queriam dar um recado para o mundo."

Lilibeth Cardoso R. Ferreira, socióloga, mãe de Helena, aluna do Colégio Princesa Isabel, ferida durante a explosão de uma bomba.

"Os adolescentes questionam o tempo todo, isso é próprio da formação da personalidade. Cabe a nós colocar os limites."

Patrícia Rubim, psicóloga, orientadora educacional do Colégio São Vicente de Paulo, Cosme Velho.

"A autoridade tem que se manifestar e estabelecer limites. Mas sem autoritarismo e repressão. E a noção de limite tem que começar em casa."

Coronel Alberto Delano de Oliveira, diretor do Colégio Militar, Tijuca.

"Jogar cabeções-de-negro em banheiro é bagunça comum em escolas. Este ano, a gente não teve este tipo de problema."

Adolescentes têm necessidade de auto-afirmação. É preciso saber trabalhar educativamente."

Professor João Batista de Oliveira, diretor do Colégio Estadual João Alfredo, Vila Isabel.

"Os alunos participam das elaborações das regras a serem respeitadas no colégio. A idéia é criar um engajamento nestas regras de convivência. A gente sempre diz que os alunos podem mudar as leis, mas não podem transgredi-las."

Juddy Galper, diretora da Escola Dinâmica de Ensino Moderno (Edem), Botafogo